



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

PARECER DO DIRIGENTE DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO N° : 243990
EXERCÍCIO : 2009
PROCESSO N° : 23040.001387/2010-21
UNIDADE AUDITADA : COLÉGIO PEDRO II
CÓDIGO : 153167
CIDADE : RIO DE JANEIRO

Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade da SFC/CGU quanto ao processo de contas do exercício sob exame, da Unidade acima referida, expresso, a seguir, opinião conclusiva, de natureza gerencial, sobre os principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria, em decorrência dos trabalhos conduzidos por este órgão de controle interno sobre os atos de gestão do referido exercício.

2. Em relação à meta física da Ação 4001 - Funcionamento do Ensino Fundamental na Rede Federal, verificamos que a Unidade teve como meta prevista para o exercício de 2009 a manutenção de 6.911 alunos matriculados, sendo que foram mantidos 7.342, uma execução de 106,23%. Quanto aos serviços de engenharia, o Colégio Pedro II contratou empresa para a execução de serviços de urbanização e pavimentação, bem como reforma de salas de aula e outros serviços de engenharia em determinadas Unidades Escolares, e contratou também empresa para prestação de serviços de reforma e adaptação de prédios existentes em certas Unidades Escolares, visando com isso uma ampliação do número de vagas ofertadas.

3. Em análise feita por amostragem nos procedimentos licitatórios, foram verificadas irregularidades nas diversas modalidades de licitação, tais como: dispensa de licitação por meio de fuga do processo licitatório através de fracionamentos e também enquadramento indevido de serviços de limpeza e manutenção como serviços de engenharia; inexigibilidade com ausência da condição de singularidade do serviço contratado; concorrência com falhas no detalhamento dos impostos que compõem o BDI; tomada de preços com falhas na fixação de cláusulas nos editais restringindo

a competitividade dos licitantes na fase de habilitação do certame. Na área de recursos humanos, foram evidenciadas falhas na condução dos processos de prorrogação de cessão, bem como na cobrança dos valores pendentes de reembolso aos cessionários. Foram verificados, ainda, registros intempestivos dos atos de admissão no SISAC, sendo esta uma situação recorrente na Unidade.

4. As falhas apontadas nos processos licitatórios foram provenientes da deficiência no planejamento das aquisições, bem como na interpretação equivocada da Unidade quanto aos dispositivos normativos constantes da Lei nº 8.666/93. Diante disso, foi recomendado à Entidade providenciar o treinamento dos servidores quanto à aplicação dos dispositivos legais relativos ao planejamento e execução de licitações e contratos.

5. Em relação às recomendações do TCU, a Unidade informou em seu Relatório de Gestão que adotou as devidas providências. Quanto às recomendações da CGU/Regional-RJ relativas ao exercício de 2008, o gestor informou, no que tange à prática de fracionamento de despesa, que no mês de janeiro de 2010 foi realizado um treinamento com os Diretores das Unidades, visando corrigir essa falha. No entanto, foi constatada a ocorrência da prática de fracionamento de despesa na contratação de serviços durante o exercício de 2009.

6. No que se refere à ausência regular dos valores relacionados à cessão de pessoal, por determinação do Diretor de Gestão de Pessoas, a Seção de Pagamento do Colégio Pedro II providenciou a imediata suspensão do pagamento dos servidores até que sejam regularizadas as situações.

7. Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VII, art. 13 da IN/TCU/N.º 57/2008 e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília, de de 2010

CLEÔMENES VIANA BATISTA
DIRETOR DE AUDITORIA DA ÁREA SOCIAL